

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

INTERSECCIONALIDADE: Teoria e método na compreensão das inter-relações entre sujeitos e sistemas opressivos

Marília Rodrigues, Iolanda Miranda Alves, Nadesda Augusto Monteiro

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9851>

Submetido em: 2024-09-12

Postado em: 2024-09-14 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

INTERSECCIONALIDADE: TEORIA E MÉTODO NA COMPREENSÃO DAS INTER-RELAÇÕES ENTRE SUJEITOS E SISTEMAS OPRESSIVOS

IOLANDA MIRANDA ALVES,

<https://orcid.org/0009-0007-5991-4877>

<iolanda.miranda@ufpe.br>

Programa de Pós-Graduação em Sociologia /UFPE. Recife, Pernambuco (PE), Brasil

MARÍLIA RENATA FÉLIX RODRIGUES

<https://orcid.org/0000-0002-9728-7663>

<marilia.rfrodrigues@ufpe.br>

Programa de Pós-Graduação em Sociologia /UFPE. Recife, Pernambuco (PE), Brasil

NADESDA AUGUSTO MONTEIRO

<https://orcid.org/0009-0008-5963-5576>

<monteironadesda@gmail.com>

Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFPE. Recife, Pernambuco (PE), Brasil

RESUMO:

A interseccionalidade tem sido usada em muitos estudos relacionados aos direitos humanos, sua forma abrangente de categorizar diversas formas de discriminação tem chamado atenção principalmente das autoras negras no que diz respeito ao marcador social da diferença. O trabalho apresenta como objetivo principal investigar como as interseções entre discriminação de gênero, raça, etnia, sexualidade e território influenciam as inter-relações entre os sujeitos, formadas pelas estruturas estruturantes que perpetuam sistemas opressivos, pensando a aplicabilidade desta metodologia em três pesquisas sociológicas distintas. Para tanto, exploramos o conceito de interseccionalidade tanto como conceito teórico ao mesmo tempo em que adotamos a interseccionalidade como método investigativo para auxiliar nas discussões acerca da subordinação de corpos não hegemônicos. Os sujeitos opressores compreendem suas ações e as utilizam dentro de uma lógica de permanência de privilégios e manutenção da ordem, em contrapartida os sujeitos oprimidos ao reagirem também o fazem racionalmente? Para isto, faremos um levantamento bibliográfico com autoras clássicas nos estudos Interseccionais, como as estadunidenses Patrícia Hill Collins, Kimberle Crenshaw e Angela Davis e as brasileiras Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Carla Akotirene. Ao tentar criar um diálogo também entre as pesquisas que cada uma de nós fará no doutorado em Sociologia, refletiremos a aplicação da metodologia interseccional em nossas pesquisas que se encontram em revisão bibliográfica.

Palavras Chave: etnia; gênero; interseccionalidade; metodologia; raça.

INTERSECTIONALITY: THEORY AND METHOD FOR UNDERSTANDING THE INTERRELATIONSHIPS BETWEEN SUBJECTS AND OPPRESSIVE SYSTEMS

ABSTRACT:

Intersectionality has been used in many studies related to human rights, and its comprehensive way of categorizing various forms of discrimination has drawn the attention of black authors in particular with regard to the social marker of difference. The main objective of the work is to investigate how the intersections between gender, race, ethnicity, sexuality, and territory discrimination influence the interrelations among subjects, shaped by structuring structures that perpetuate oppressive systems, considering the applicability of this methodology in three distinct sociological researches. To this end, we explore the concept of intersectionality both as a theoretical concept and at the same time as adopting intersectionality as an investigative method to aid discussions about the subordination of non-hegemonic bodies. Do the oppressors understand their actions and use them within a logic of maintaining privileges and order, while the oppressed also react rationally? In order to do this, we will make a bibliographical survey of classic authors in intersectional studies, such as the Americans Patricia Hill Collins, Kimberle Crenshaw and Angela Davis and the Brazilians Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro and Carla Akotirene. By also trying to create a dialogue between the research that each of us will be doing for our PhD in Sociology at PPGS/UFPE, we exemplify the application of intersectional methodology in our research, which is currently being reviewed.

Keywords: ethnicity; gender; intersectionality; methodology; race.

INTRODUÇÃO

A interseccionalidade, que ao nosso ver, teve seus primórdios antes mesmo da definição de Kimberle Crenshaw (1989), claro que, com singularidades tão plurais como nos diz Sueli Carneiro (2023). Portanto, é preciso criticidade ao utilizar a interseccionalidade como chave teórico-metodológica. Pensando que os saberes construídos pelas comunidades negras, nos mais diversos países, dar-se-ão historicamente. E que, as mulheres negras desempenham um papel crucial na preservação e transmissão desses saberes ao longo da história, contribuindo para a compreensão e autopreservação de suas comunidades. Cresce atualmente os estudos envolvendo questões interseccionais como elemento de análise, sendo amplamente aplicada em diversas áreas de pesquisa, buscando elucidar a complexa interação entre diversos fatores sociais. Ademais, como ferramenta analítica na pesquisa sociológica este constructo teórico se torna um potente aliado na exposição de dinâmicas de poder e estruturas opressivas que moldam e perpetuam desigualdades.

Para Collins e Bilge (2019), “apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social” (p.15-16). Ou seja, partindo do que as autoras reforçam em todo o livro, compreendemos que não há como tratar da realidade social contemporânea sem perceber a manifestação dessas relações. No entanto, concebemos a utilização

teórico-metodológica da interseccionalidade enquanto um desafio epistêmico, político-acadêmico, que nos insere nas disputas dentro do próprio campo sociológico. Visto que, as teorias sociais construídas aquém das raízes sociológicas são recepcionadas com tamanha desconfiança nesta ciência social.

A sociologia enquanto campo necessita perceber que as pesquisas de sociólogas e sociólogos, vêm corroborando para evidenciar e ampliar a intrínseca heterogeneidade do entendimento e aplicação da interseccionalidade. Pois, apesar de ser um termo “consagrado”, cada pessoa, vai direcioná-lo e contextualizá-lo na realidade que conseguirá alcançar, provocando uma variedade de entendimentos e usos. Partindo desta discussão, podemos dizer que as nossas pesquisas, apesar de possuírem diferenças, compartilham a missão de usar uma metodologia interseccional para analisar seus contextos específicos.

A primeira pesquisa a ser exposta aborda a descolonização ser por meio da Capoeira Angola, destacando a inclusão de gênero, raça, classe, sexualidade, idade, ancestralidade e território em suas análises. Além de dialogar teoria social, pensamento decolonial e os saberes comunitários desses grupos, a pesquisa se propõe a um enraizamento epistêmico na Ginga, movimento e filosofia que moldam as práticas dentro da Capoeira Angola, portanto, aqui já estarão conceitos chaves que serão aplicados na pesquisa em curso.

A segunda pesquisa versa sobre “casamentos arranjados” no contexto guineense, onde o casamento está mais vinculado às tradições culturais. No entanto, em grande parte dos grupos étnicos os casamentos são feitos quase sempre por meio de arranjos parentais. O que nos proporciona várias categorias interseccionais a serem analisadas, a começar pelo gênero, patriarcado, etnia e sexualidade.

Por fim, a terceira pesquisa tem como proposta entender o pensamento que permeia as produções escritas por intelectuais negras em que estas discorrem sobre as diversas problematizações que as atravessam, num movimento constante de ação e reação em que a escrita se torna ferramenta fundamental de investigação, compreensão e denúncia. Portanto, pensar na produção escrita de mulheres negras é considerar que as mesmas em algum momento ao longo da sua luta pelo direito à existência tornaram-se também protagonistas de um movimento crescente de resistências.

Desde que a norte-americana Sojourner Truth questionou, em 1851, o fato de mulheres negras serem vistas apenas como fêmeas, ela abriu um precedente de reconhecimento até então não

“registrado” na história das mulheres da diáspora africana. Reconhecemos sua importância, e ao observar a falta de registros, reforçamos que muitas outras mulheres poderiam ter feito o mesmo. A ausência de registros pode indicar a anulação de suas existências.

Compreender as razões que movem as mulheres negras no ativismo intelectual é o objetivo fundamental desta pesquisa, que usa a escrita como ferramenta para analisar a interseccionalidade entre mulher negra, intelectualidade e resistências. Resistências aqui entendidas como todas as iniciativas adotadas por mulheres negras para superar condições coloniais de subalternidade e objetificação.

Logo, é de suma importância que todos esses cruzamentos apresentados possam ser explorados no decorrer deste trabalho, contribuindo diretamente como subsídio material no sentido da compreensão, reflexão e produção acadêmica de todos(as) aqueles(as) que se interessam pela temática. Diante disto, traçaremos um pequeno espaço acerca dos métodos e técnicas utilizadas para a construção deste artigo, e em seguida dialogamos expressamente com as grandes intelectuais da interseccionalidade. Por fim, traçamos os caminhos de cada uma das pesquisas, juntamente com as inquietações ímpares de cada uma das pesquisadoras que vos escreve.

1. A INTERSECCIONALIDADE COMO FERRAMENTA E MÉTODO ANALÍTICO

A interseccionalidade vem ganhando força enquanto um espectro político, teórico e metodológico, dentro e fora das pesquisas acadêmicas. Podemos por exemplo, pensar a inserção desse debate dentro dos movimentos sociais que visam, atualmente, perceber as opressões enquanto múltiplas, complexas e construídas histórica e socialmente. Acreditamos que, para o avanço metodológico, certos paradigmas precisam ser revistos dentro da Sociologia contemporânea. Pois, apesar dos avanços que visualizamos hoje, ainda vivenciamos um tradicionalismo conservador em torno dos métodos e técnicas de análise dentro de nossos programas de pós-graduação.

Dito isto, é mister expormos que, não pretendemos descartar metodologias consagradas na sociologia, em especial na sociologia brasileira. Pretendemos, na verdade, contribuir para uma sociologia multifocal, com lentes diversas e contextualizadas com os constructos sociais que surgem em cada pesquisa. Certamente essa nossa pretensão esbarra em alguns fatores essenciais como na disposição de cada pesquisador(a) em debruçar-se com tamanha profundidade, criticidade e criatividade em seus temas de pesquisa, e em seu papel enquanto pesquisador(a).

Em consonância com a discussão feita aqui, para a construção deste artigo, utilizaremos inicialmente a revisão bibliográfica, onde analisaremos textos “clássicos” da interseccionalidade pensando a aplicação desta enquanto metodologia em três pesquisas de doutorado na área de Sociologia. No entanto, usaremos como ferramentas para sistematização dessas leituras, os fichamentos, resenhas e mapas mentais que construiremos no decorrer da elaboração do artigo. Ademais, a própria interseccionalidade entrará como base para refletirmos de maneira crítica e criativa acerca das obras das autoras, seus contextos e contribuições.

Inicialmente, deixemos claro que, apesar da necessária exposição em torno das críticas às lentes monofocais consideradas “metodologias consagradas” nas ciências modernas, e conseqüentemente na Sociologia, não nos prolongamos nestas críticas, visto que nosso objetivo é evidenciar as múltiplas possibilidades - ou como dizem dentro do campo decolonial, as pluriversalidades - através do diálogo interdisciplinar acerca da interseccionalidade em seu caráter metodológico. Compreendemos a interseccionalidade enquanto lente multifocal. E por isso, compartilhamos a escrita deste artigo buscando aplicar essa metodologia em três contextos de pesquisa distintos. Mas que possuem como ponto de partida, o olhar de mulheres negras para o fenômeno social que estudarão.

Ademais, aqui veremos a interseccionalidade enquanto “ferramenta ancestral” que possui uma “sensibilidade analítica” (Akotirene, 2020, p.18-25). Por isso, nesse caráter multifocal, participam indicadores sociais que possuem importância para o grupo social colaborador de cada uma das pesquisas e compõem a matriz colonial moderna. Já que, a interseccionalidade caminha contrariamente ao fetiche epistemicida de omitir as mazelas estruturais que acometem os sujeitos condenados dentro da matriz colonial de poder.. Para Sueli Carneiro (2023):

Na sua versão mais contemporânea nas universidades brasileiras, o epistemicídio, cuja discussão aprofundaremos mais à frente, se manifesta também no antagonismo entre discurso militante e discurso acadêmico através do qual o pensamento do ativismo negro é desqualificado como fonte de autoridade para o saber sobre o negro, enquanto o discurso do branco sobre o negro é legitimado (p.47).

Ou seja, para a autora, o processo de subjugação da intelectualidade e militância negra indica a persistência de uma indigência cultural direcionada aos sujeitos racializados, e que afetam as mulheres negras em primazia e de maneira inter-relacionada. E está presente enquanto status quo nas universidades brasileiras, diminuindo nossos conhecimentos desde o ingresso na graduação e pós-graduação. O fator brasilidade ou amefricanidade, será essencial para refletirmos que, como

exposto por Collins e Bilge (2019): “A interseccionalidade enquanto ferramenta analítica não está circunscrita às nações da América do Norte e da Europa, nem é um fenômeno novo. No Sul Global, a interseccionalidade é usada frequentemente como ferramenta analítica, mas não recebe essa denominação” (p.17).

Por isso que, aqui traçaremos diálogos entre as autoras clássicas da interseccionalidade enquanto campo político-teórico-metodológico, as estadunidenses Kimberle Crenshaw, Patricia Hill Collins, Sirma Bilge e Angela Davis e as autoras negras brasileiras que hoje são consideradas precursoras de uma perspectiva interseccional entre raça, classe, gênero, religião e território entre as décadas de 1970-2000, como são os casos de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, traremos também novas vozes como a de Carla Akotirene.

A última por exemplo, propõe uma análise da interseccionalidade que busca uma ferramenta “teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas indenitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, [...]”. (Akotirene, 2018, p.19). Todos esses cruzamentos e sobreposições como alega autora podem ser encontrados nas pesquisas que pretendemos desenvolver, bem como alega (Crenshaw, 2002, p. 177) que a interseccionalidade ocupa “[...] especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras”. Partindo deste pressuposto ela será uma ferramenta metodológica necessária para as pesquisas apresentadas abaixo.

2. A DESCOLONIZAÇÃO DO SER ATRAVÉS DE PROCESSOS EDUCATIVOS NA CAPOEIRA ANGOLA

A pesquisa proposta por Marília Rodrigues ao Doutorado em Sociologia da UFPE tem como objetivo investigar os processos de subjetivação de corpos negros no contexto da Capoeira Angola (CA) a partir de uma abordagem sociológica/decolonial. A pesquisa busca compreender como as práticas educativas na Capoeira Angola promovem a sensibilização dos corpos através do contato com a ancestralidade, explorando as dimensões da ressensibilização, reexistência, ginga, mandinga, pequena roda, grande roda e descolonização do ser. Conceitos que estão ligados aos fundamentos desta arte-jogo-dança (Araújo, 2004), a Capoeira Angola.

A pesquisa reconhece a importância da educação como parte essencial do movimento negro, buscando uma consciência autodeclaratória, praticantes de brincadeiras (brincantes), cruzos, jogos, macumbas e manifestações culturais que contribuem para a retomada da identidade negra. A pesquisa se enraíza na CA como um espaço que vai além do jogo, sendo uma filosofia de vida que fortalece a identidade negra e proporciona acesso à ancestralidade africana na diáspora. A metodologia empregada envolve a participação observante da pesquisadora em grupos de Capoeira Angola, a autoetnografia, onde a pesquisadora parte de suas próprias experiências, e oficinas grupais, onde serão compartilhados conhecimentos e reflexões.

No entanto, nos caminhos metodológicos estarão presentes duas metodologias específicas que trarão lentes multifocais para a compreensão desses processos de subjetivação: (1) a Análise do Sensível (Rodrigues, 2024), metodologia cunhada pela pesquisadora em meio à sua trajetória do mestrado acadêmico em Sociologia, que dispõe de 6 etapas principais para construção, organização e análise dos dados coletados. São essas: (1) corporificação do discurso; (2) entrevistas narrativas autobiográficas ou reconstrução biográfica; (3) análise documental; (4) analítica da colonialidade; (5) analítica da decolonialidade e (6) ontologia da estética. A proposta naquele momento era construir uma metodologia híbrida decolonial, que denominei Análise do Sensível (AS), “abrindo uma discussão dos métodos para futuras pesquisas em torno da junção sensibilidade, afrodiáspora e decolonialidade” (p.16).

A segunda metodologia presente na pesquisa de doutorado, é a Interseccionalidade, que será a principal forma de análise dos dados propostos, e que dialoga diretamente com a Análise do Sensível. Na verdade, ao meu ver, é momento de alargar a AS para as contribuições de autoras

negras amefricanas¹. É a isto que estou me propondo nessa nova encruzilhada metodológica. Ademais, a interseccionalidade também é vista como uma “sensibilidade analítica, pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas pelo feminismo branco e pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros” (Akotirene, 2019, p.18).

Ou seja, ambas as metodologias trazidas aqui para essa discussão estarão em diálogo constante durante os próximos quatro anos de pesquisa doutoral da autora. E compartilham fatores essenciais para a construção de: “(1) instrumentalidade conceitual de raça, classe, nação e gênero; (2) sensibilidade interpretativa dos efeitos identitários; (3) atenção global para a matriz colonial moderna, evitando desvio analítico para apenas um eixo de opressão” (Akotirene, 2020, p.20).

A pesquisa será realizada em dois grupos de Capoeira Angola: Ubuntu em Olinda/PE e Nzinga em Salvador/BA e São Paulo/SP. O projeto busca responder às seguintes perguntas: Como as práticas educativas na CA mobilizam a sensibilização dos corpos a partir do contato com a ancestralidade? De que forma a ressensibilização através da vivência na CA contribui para a retomada dos sentidos e das emoções nos corpos negros? A CA como um espaço educacional pode ser considerada uma ferramenta de descolonização do ser? Esse projeto de tese enfoca o processo de reeducação dos sentidos e a retomada da memória individual e coletiva, buscando entender como a CA atua como uma ferramenta de reexistência, ressensibilização e descolonização para corpos negros, contribuindo para a construção de campos educacionais decoloniais e narrativas políticas próprias.

Dito isso, a interseccionalidade encontra a pesquisadora em um momento em que compreende a necessidade de análises mais aprofundadas das mazelas sociais que adentram a pequena roda - a roda da Capoeira. Principalmente no que tange aos fatores: gênero, raça, sexualidade, escolaridade, espiritualidade, ancestralidade e território. Visto que, a CA é uma prática que aceita de braços abertos os mais diversos corpos, mas passa hoje por um processo de

¹ A categoria político cultural da Amefricanidade foi constituída por Lélia Gonzalez (2020) e tem em si uma crítica antiimperialista e anticolonial, é por si só o reconhecimento, valorização e empoderamento das identidades afrodescendentes nos territórios conhecidos geopoliticamente como Américas. O termo "amefricanidade" surge da junção de "América" e "África", enfatizando a herança cultural africana presente nas Américas, especialmente entre as populações afrodescendentes. Gonzalez usava esse conceito para destacar a importância de entender a diáspora africana não apenas como uma experiência de dispersão, mas também como um processo de continuidade cultural e de resistência. Para Lélia Gonzalez, a "amefricanidade" era uma afirmação da identidade afrodescendente que transcende fronteiras geográficas e políticas, reconhecendo as contribuições significativas da cultura africana e da diáspora africana para as sociedades das Américas. Ela argumentava que essa perspectiva era essencial para combater o racismo estrutural e promover a igualdade racial, ao mesmo tempo em que celebrava a diversidade cultural das Américas. Assim, o conceito de "amefricanidade" de Lélia Gonzalez representa também uma análise crítica das relações raciais na América Latina.

reafirmação das mulheres em sua construção histórica num continuum entre passado-presente e futuro, como uma circularidade efetivada pelo patrono deste estilo de arte-dança-jogo, o orixá Exú.

O feminismo angoleiro, é hoje uma prática consagrada entre as mulheres angoleiras, e possui enraizamento no feminismo negro, ou seja, na figura de mulheres negras que compõem a Capoeira Angola, seja na posição de autoridade, as mestras e contramestras dos grupos, seja como treinelas ou aprendizes². Fato é que, a partir da luta feminista na CA, as mulheres hoje são reconhecidas e constróem cotidiana um novo horizonte de mudanças, agora abraçando a luta da população capoeirista angoleira que também é LGBTQIAPN+. Em especial às pessoas Trans, que são consideradas o elo mais fraco e mais atingido pelo machismo e pela lgbtfobia dentro da pequena e da grande roda.

Neste sentido, a pesquisa encontra um cenário social, onde as mulheres negras desempenham um papel crucial na preservação e transmissão desses saberes ao longo da história, contribuindo para a compreensão e autopreservação de suas comunidades. Inclusive na retomada da autonomia das pessoas negras sob seus corpos, emoções e caminhos de vida. Afinal,

Articulados às práticas e intervenções do Movimento Negro e sendo reeducados direta ou indiretamente por ele é possível encontrar, também no Brasil, vozes e corpos negros anônimos que atuaram e ainda atuam na superação do racismo e na afirmação da identidade negra, dos valores, do trabalho, da cultura e da vida da população negra, presentes no cotidiano da sociedade brasileira (Gomes, 2017, p.18).

Muitas angoleiras estão inseridas nesse anonimato ativo, e têm seus grupos de Capoeira como as organizações para as quais se dedicam, contribuindo para a complexificação da narrativa angoleira. E também para a quebra de preconceitos que vêm da grande roda e adentram os espaços de construção comunitária da população negra. No entanto, essas mulheres possuem tremenda importância para suas comunidades e famílias. É sobre essas histórias de vida que a pesquisa versará, buscando também trazer à tona o protagonismo das mulheres negras na preservação e resgate dos fundamentos da Capoeira Angola enraizada na diáspora africana.

² Esses títulos passam por uma hierarquia que está embasada no tempo de vivência na Capoeira Angola, no aprofundamento de suas habilidades corporais nos movimentos do jogo, no canto e no toque dos instrumentos, é preciso, para ser mestra, contra-mestra ou treinela, ser uma pessoa multifuncional dentro do grupo que está inserida, e também compreender a complexidade dos fundamentos da Capoeira Angola enquanto filosofia de vida; Ou seja, da ginga enquanto epistemologia. Mas também o recebimento desses “cargos” efetiva a sua importância para o grupo.

3. CASAR PELA FAMÍLIA OU PELA VONTADE PRÓPRIA: UMA ANÁLISE SOBRE CASAMENTO E MORALIDADE A PARTIR DOS CASAMENTOS ARRANJADOS PELA FAMÍLIA NA GUINÉ-BISSAU

O trabalho em desenvolvimento proposto por Nadesda Monteiro, doutoranda em Sociologia pela UFPE, tem por objetivo verificar os princípios morais nos casamentos arranjados pela família nos grupos étnicos a serem estudados. Na Guiné-Bissau, o casamento está mais vinculado às tradições culturais (simbólicas). Como na maioria dos países africanos, o estado guineense também conta com uma grande diversidade religiosa, costume, sobretudo, étnica (geralmente, cada grupo étnico tem a sua língua, costumes e visões de mundo). A pergunta que norteia o nosso trabalho é a seguinte: até que ponto o fenômeno moral está ligado aos casamentos arranjados?

O casamento é definido por Machado Assis (2019) como “a perfeita união de duas existências; e mais do que a união, é a fusão completa e absoluta”. Em algumas sociedades como é o caso da Guiné-Bissau existem outras formas da união conjugal como é o caso dos casamentos tradicionais que acontecem em todos os grupos étnicos do país. Além disso, existem aqueles casamentos que são arrumados pelas famílias, segundo Roque (2011) “Chama-se casamento arranjado aquele em que a noiva não tem um papel preponderante na escolha do seu marido e algumas vezes, nem o próprio resultando de um arranjo entre famílias” (p.59). Esses casamentos são vistos na maioria das etnias do país.

No caso guineense precisamos chamar atenção que existem casamentos arranjados que geralmente são de consentimentos dos noivos e não necessariamente forçados e existem aqueles que são forçados, no caso uma das partes não deseja casar. Neste trabalho pretendemos trabalhar com os casamentos arranjados na Guiné-Bissau, mas sem desfocar dos casamentos forçados, visto que não se pode falar de uma sem mencionar a outra.

No País existem mais de vinte (20) grupos étnicos, e a maioria dos grupos étnicos praticam estes modelos de casamento, iremos escolher seis (6) grupos étnicos do país com mais predominância para este trabalho, como o caso do grupo ‘manjaco, fula, palel, mandinga, balanta e beafada’, com intuito de delimitar a pesquisa. O nosso público alvo será mulheres, jovens e idosas, de preferência aquelas que foram arrumados maridos para entender como se dão os laços conjugais em cada um destes grupos. Iremos entrevistar dez (10) mulheres de cada um destes grupos. Para esta pesquisa trabalharemos com autores que possuem trabalho nesta temática relacionada a moral e casamento, como a obra de Durkheim (2017) sobre moral, e outros sociólogos, psicólogos e antropólogos que pesquisam este assunto, iremos privilegiar os autores africanos como Chimamanda

Ngozi Adichie (2014), Paulina Chiziane (2004) , Oyèrónké Oyěwùmí (2021) que pesquisam sobre este assunto e sobre gênero na África. Daremos muita atenção aos pesquisadores guineenses tendo em conta o contexto estudado.

A investigação seguirá o modelo de pesquisa bibliográfica (Gil, 2010). Procuraremos trabalhar com matérias que debatam o tema relacionado ao casamento e moralidade que servirá de apoio para a nossa pesquisa. A partir do levantamento bibliográfico, consultaremos teses, dissertações, livros e matérias que discutam o assunto dos casamentos arranjados, principalmente na Guiné-Bissau. Por outro lado, outra abordagem metodológica que pretendemos usar é a entrevista, permitindo, assim, conhecer a história de vida das pessoas que já vivenciaram este tipo de casamento.

Em relação a esse ponto, Glat et al. (2004) apud (Glat e Pletsch, 2009, p. 141) argumentam que: “um dos procedimentos mais comuns é ouvir o que os indivíduos que vivenciam (ou vivenciaram) a situação em questão tem a dizer sobre ela. Este tipo de abordagem propicia uma aproximação maior do pesquisador com o sujeito ou grupo analisado [...]”. Desse modo, entrevistar as pessoas que foram submetidas a este tipo de casamento vai nos ajudar a compreender melhor a funcionalidade deste casamento e nos fará conhecer melhor aquela realidade e nos aproximará do grupo estudado.

Para isso será necessário utilizar a internacionalidade como método para análise das intersecções, segundo (Piscitelli, 2008) apud (Silva, 2017, p. 24) “a perspectiva Interseccional é uma ferramenta possível para observar, apreender e articular múltiplas diferenças e desigualdades”. A partir deste ponto de vista, iremos propor uma análise com base nas diferentes formas de desigualdade de gênero que as mulheres guineenses sofrem pelo simples fato de serem mulheres.

4. A IMPORTÂNCIA DA ESCRITA DE MULHERES NEGRAS NA FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DA POPULAÇÃO AFRODESCENDENTE

A presente pesquisa em andamento apresentada pela pesquisadora Iolanda Alves, doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco, objetiva compreender a importância da produção escrita de mulheres negras na formação identitária da população afrodescendente, questão que surge como uma necessidade de maior entendimento sobre a temática devido crescimento de sua produção nos meios acadêmicos e fora dele, além de maior aprofundamento da pesquisa já iniciada durante a dissertação do mestrado em que as leituras sobre produções escritas de mulheres negras suscitaram maior compreensão sobre sua influência no pensamento e no entendimento da pessoa negra quanto ao reconhecimento de si.

A palavra, elemento fundamental nas sociedades africanas encontrou abrigo e ressignificados no decorrer da diáspora, mulheres negras passaram a se utilizar dessa palavra como forma de educar, fortalecer e resistir, o que antes cabia aos homens *griots* por via da oralidade, após a dispersão do povo negro passaram a ser utilizadas também por mulheres negras em formas de palavra escrita.

É muitas vezes por meio da palavra escrita que o povo negro vem se reconectando com suas raízes africanas, percebendo que “a sociedade africana está fundamentalmente baseada no diálogo entre os indivíduos e na comunicação entre as comunidades e ou grupos étnicos” (Hampeté Bâ, 2010, p.195). Em busca dessa união e diálogo que mulheres negras reproduzem seus sentimentos, angústias e dores, mas também saberes, almejando o fortalecimento e construção de uma identidade negra baseada em modelos próprios, em que a pessoa negra se perceba, se aceite, se ame.

A escolha da temática sobre a escrita de mulheres negras na formação da identidade afrodescendente, parte a princípio da pesquisa já iniciada durante a dissertação do mestrado em que iniciei as leituras sobre produções escritas de mulheres negras e pude então verificar a dimensão que tais leituras produzem no pensamento e no entendimento de uma pessoa negra sobre o conhecimento de si mesmo(a).

Não é apenas a percepção da realidade vivida é principalmente a construção de um conhecimento produzido por pessoas que durante séculos foram descritos, como incapazes de falarem de si para si. É a história contada pelos “vencidos”, a versão que precisa ser lida para que se tenha uma outra possibilidade de se pensar Brasil sob uma outra perspectiva que não a dos “vencedores”. É por um fim ao silenciamento de homens negros e mulheres negras, que perdurou por séculos em uma sociedade que foi construída sob a égide do racismo, mas que não reconhece a

existência do mesmo e continuam a causar danos incalculáveis nas vidas de pessoas negras, que precisam negar todos os dias a si mesmos para continuarem vivendo.

Estudar a importância da escrita de mulheres negras na construção de uma identidade própria, transcende o papel posto para a mulher negra, que em toda história brasileira devido a deturpação de sua imagem segundo o pensamento colonialista, foi animalizada, desumanizada, objetificada de todas as formas, sem jamais serem vistas como protagonistas, o que as novas pesquisas acadêmicas tem mostrado como errôneo esse pensamento alimentado em primeira instância pelo racismo sobre os corpos negros, consecutivamente pelas questões de gênero e classe, o que tratamos por “interseccionalidade”, Akotirene (2018).

Daí a importância da temática, aparece sobretudo na construção do que podemos entender como a ressignificação de quem somos, das nossas origens, de termos sobrevivido a um passado excludente, mas que cresce uma identidade própria no sentido de vislumbrar a possibilidade de um futuro mais justo, mais humano. Em que todos (as) sejam percebidos e identificados como pessoas.

Reconhecer a importância das mulheres negras nesse processo de ativismo intelectual é perceber que por séculos mulheres negras ocuparam a base da pirâmide de exploração e injustiça e que em nenhum momento tiveram apoio a não ser de si mesmas, ressignificam suas vidas, lutas e resistências, construíram pontes de diálogos, resistiram e seguem resistindo, mas como ir adiante se não pela educação e resiliência? Resiliência presente nas linhas por elas escritas e que ganham vida através de corpos negros.

Perceber porque mulheres negras tem cada vez mais adentrado no campo do conhecimento nos conduz a possíveis mudanças na estrutura social brasileira, percebendo que os discursos uma vez postos em seus textos e pesquisas convocam a leitura negros e não negros para uma possível mudança de pensamento, os primeiros no sentido de afirmação de sua negritude e por consequência na luta por justiça racial e o segundo grupo por entender que seu privilégio se encontra principalmente na construção social da cor.

Mulheres negras conduzem uma marcha que aos ouvidos é silenciosa mas que reverberam no pensamento de quem as leem que a mudança está sendo gerada da margem para o centro, uma marcha difícil e penosa, mas que elas têm feito incansavelmente por séculos.

Socialmente a base da pirâmide está se movendo ainda que lentamente, rumo a um Brasil em que a cor das pessoas possa refletir a beleza de um povo que aprendeu a lidar com as diferenças.

Portanto a palavra escrita funciona como uma grande “terapia grupal” em que todas as dores e atravessamentos ligados ao racismo são expostos, discutidos, conhecidos e nomeados como tal, a escrita nesse caso ganha também sentido de cura, que adquire uma dimensão subjetiva para a pesquisadora e reverbera como construção de sentidos e significados para o leitor (a), de como isso afeta a vida da população negra sendo descrita de forma a educar, uma vez que a educação é principalmente responsável em criar novas pontes de conhecimento em que os sujeitos historicamente marginalizados possam ter vez e voz, de terem o direito a serem reconhecidos através de suas próprias versões dos fatos e não somente serem mencionados na terceira pessoa como se nada pudessem dizer de si mesmos.

Estudar esse tema pode produzir mudanças significativas na mente de estudantes, educadores e do público em geral, que foram programados para reproduzir um modelo de sociedade excludente em que prevalece o privilégio da cor, mas que pode mudar através do conhecimento da percepção que o modelo de sociedade em que vivemos necessita urgentemente de mudança, que o privilégio da pessoa não negra exclui o direito da pessoa negra. Toda mudança só pode partir do conhecimento do fato de se perceber no lugar do outro e nada melhor do que a leitura para gerar esse tipo de sentimento.

Quanto à metodologia, o primeiro passo desse trabalho será através da exploração e levantamento de fontes bibliográficas físicas e virtuais como: (livros, artigos, jornais, cartas, fotografias), disponíveis em bibliotecas públicas e privadas assim como em plataformas online (*Google* acadêmico; *SciELO*; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); além de revistas eletrônicas e bancos de artigos, teses e dissertações disponíveis em sites de Universidades); também será utilizado para maior compreensão acerca do levantamento de dados questionários e entrevistas com leitores e educadores de escolas públicas). Uma vez selecionadas fontes que versem sobre o tema, elas serão classificadas por ordem e relevância no assunto das quais uma vez lidas e extraídas tudo aquilo que puder contribuir para possíveis esclarecimentos das questões propostas.

O projeto deverá ser desenvolvido em cinco Escolas de Referência da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco (EREMS), a escolha das escolas deve ter como critério na participação as escolas com maior número de matrículas no Ensino Médio, que tenham bibliotecas próprias, localizadas na região do Agreste Meridional do Estado, considerando se essas escolas fazem escolhas do livro através da utilização de verbas do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), como recorte temporal a pesquisa visa o levantamento sobre aquisição do acervo entre os

anos de 2015 a 2022.

5. PENSANDO A RESPEITO DA UTILIDADE DO CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE PARA OS DIREITOS HUMANOS

A Interseccionalidade tem sido utilizada como ferramenta analítica em várias pesquisas sociais, notadamente no campo dos direitos humanos. Sabe-se que o direito humano parte do princípio de que todos os seres humanos independentemente da raça, classe, religião, gênero e nacionalidade merecem ter assegurados ao menos os direitos básicos que lhes proporcionam uma vida digna. As teóricas da interseccionalidade apontam que ela pode servir de base para muitas instituições e eventos, segundo Crenshaw (2004):

Ele procura também desenvolver uma maior proximidade entre diversas instituições. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Cedaw) aborda, principalmente, questões relacionadas a violações dos direitos humanos das mulheres, da mesma maneira que a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial aborda questões raciais (p.8).

Por muitas décadas as feministas vêm discutindo assuntos ligados à igualdade e direito das mulheres. No ano de 1979, a agenda internacional incorporou os direitos das mulheres no seu artigo primeiro da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres. No ano de 1993, o artigo segundo foi proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua Resolução n.º. 48/104, de dezembro de 1993, implementando a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres (ONU, 1993).

A interseccionalidade nos proporciona pensar várias relações complexas, perceber que nas relações sociais podem existir hierarquias. As pesquisadoras negras vêm apontando estas separações. Sabe-se que as mulheres passam por vários tipos de violências e também se sabe quais mulheres tendem a sofrer mais violências. Quanto a maternidade, a raça, racismo obstétrico a homicídio, a assédio sexual e entre outras várias experiências que poderíamos mencionar. Segundo Crenshaw (2004) “Todas as pessoas sabem que têm tanto uma raça quanto um gênero, todas sabem que têm experiências de interseccionalidade” (p.9). E também se sabe como essas interseções afeta cada uma das mulheres estejam elas enquadradas na mesma categoria racial, um exemplo disso quando comparamos as mulheres negras brasileiras e mulheres negras africanas, sabemos que a África já vem acompanhada de conotação pejorativa, e essas mulheres tendem a sofrer mais quando o assunto diz

respeito às discriminações raciais, primeiro por serem negras, segundo por serem mulheres negras africanas.

O problema de gênero afeta muitas mulheres em todo o mundo, apesar de existir lutas e reivindicações sobre várias situações enfrentadas pelas mulheres, ela ainda permanece e prejudica várias mulheres. Por exemplo, pouco se fala dos direitos das mulheres africanas, o “direitos humanos” chega muito pouco quando nos referimos às situações que as mulheres africanas enfrentam. Um questionamento que muito bem pode ser levantado nessas lutas interseccionais, até que ponto essas vidas importam?

A maior parte das mulheres africanas vem sofrendo por séculos situações que podemos dizer que “violam” seus direitos, a falta da escolarização, a falta de saúde, violências baseadas no gênero como é o caso de “mutilação genital feminina e casamentos forçados”. Pouco se discute disso nas pautas relacionadas a direito. Há quem acredite que o “sistema moderno-colonial de gênero” proporcionou às mulheres não brancas uma dualidade na subordinação primeiro pela de gênero e segundo pelo rebaixamento racial. (Ver Silveira & Nardi, 2014). A colonização foi um processo quase vista em toda África, esse processo teve seu início desumano com a escravização dos africanos contribuiu até hoje no processo de rebaixamento racial que os descendentes africanos vem passando em todo o mundo. Por exemplo, fala-se muito da violência de gênero das mulheres em suas vidas conjugais, segundo Silveira & Nardi (2014, p. 20), “a violência de gênero contra as mulheres nas relações de intimidade é um fenômeno mundial que tem sido abordado exaustivamente”. Atinge todas as camadas, todos os grupos independentemente da classe, religião, etnia, raça, apesar de ser frequentemente encontrada nos grupos mais oprimidos.

O exemplo explícito disso podemos apoiar na segunda pesquisa deste trabalho que trata dos casamentos forçados que ainda existem em algumas sociedades tradicionais, em que as mulheres ainda são vistas como propriedades dos homens. pesquisas relacionadas a direito das mulheres na Guiné-Bissau apontam que em algumas famílias os filhos são educadas para estudar enquanto que as filhas são preparadas para casar e cuidar do lar (Silvia, 2011). Essa intercessão de gênero acaba influenciando na maior taxa de alfabetização das mulheres em relação aos homens no contexto Guineense.

Do mesmo modo que a terceira pesquisa tenta discutir a questão da violência empregada a população negra como um dos atravessamentos que percorrem nossos corpos, e se tornou um problema amplamente discutido por autoras negras a exemplo da autora Juliana Borges (2020) em

que ela retrata o encarceramento em massa da população negra que além de terem seus corpos sumariamente alvejados em batidas policiais são também aqueles que compõe o rol das principais vítimas de “falhas” dos sistema penal brasileiro. “O direito e a justiça criminal sendo constitutivos do escravismo, e, portanto, espaços de reprodução do racismo, da criminalização e do extermínio da população negra e não um mero aparato perpassado pela ideologia racista” (Borges, 2020, p. 51).

Por fim, a primeira pesquisa, que versa sobre uma herança cultural africana na diáspora brasileira, trará alguns pontos relacionados aos direitos humanos. O primeiro deles está ligado à história da Capoeira Angola, que inicialmente era praticada por pessoas escravizadas, tornou-se uma forma de fortalecimento da identidade negra, jogo do qual era possível também acessar a ancestralidade africana, mesmo em solos brasileiros. Após a criminalização de suas práticas pelo Código Penal de 1890 e diversas tentativas de apagamento de sua cosmogonia africana por parte do Estado brasileiro, a roda de capoeira foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2008 e reconhecida como patrimônio imaterial da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 2014, sendo mundialmente reconhecida como elemento de nossa cultura nacional.

Diante disso, fica evidente a participação ativa de Angoleiras(os) no jogo político e na construção da nação brasileira, evidenciando a importância de pesquisas que se debruçam sobre os processos de interação, subjetivação e significação que ocorrem nesses espaços. O segundo ponto refere-se à discussão da descolonização do ser, que visa diante de antemão promover uma equidade de oportunidades para lidar com seu próprio corpo e emoções. Compreende que a subjetividade é algo construído coletiva e individualmente e que está em disputa nos campos epistemológicos e ontológicos da colonialidade e da descolonização. Ademais, as filosofias africanas e afrodiaspóricas, possuem uma imensa raiz bantu, que nos lembra: “sou por que nós somos” (ubuntu), deixando evidente a inseparabilidade entre os seres humanos e também entre humanos, não-humanos e natureza. Trazendo uma outra perspectiva para os direitos humanos, além daquela construída através da racionalidade moderna/colonial (Quijano, 1992); (Borges & Diallo, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, o conceito de interseccionalidade é vital para entender a intrincada teia de opressões que os indivíduos enfrentam na sociedade. Ao examinar como várias formas de discriminação — como raça, gênero e classe — se cruzam, podemos obter uma visão mais profunda das experiências vividas por grupos marginalizados. Essa estrutura não apenas enriquece o discurso acadêmico, mas também informa estratégias práticas para advocacia e formulação de políticas em contextos de direitos humanos, conforme destacado nas discussões sobre as experiências das mulheres e os desafios únicos que elas enfrentam devido às suas identidades cruzadas.

Além disso, é essencial enfatizar a necessidade de pesquisas contínuas em interseccionalidade. Embora este artigo contribua para o discurso, ele faz parte de uma conversa maior e em evolução que requer mais exploração e estudos empíricos. As diversas experiências de indivíduos, particularmente aqueles de origens historicamente marginalizadas, devem ser documentadas e analisadas para informar intervenções e políticas eficazes que abordem as desigualdades sistêmicas.

A colaboração interdisciplinar pode melhorar significativamente a compreensão da interseccionalidade. Ao integrar insights da sociologia, estudos de gênero e direitos humanos, as pesquisadoras podem desenvolver uma perspectiva mais matizada sobre como os diferentes sistemas de opressão interagem e afetam a vida dos indivíduos. Essa abordagem colaborativa pode levar a soluções inovadoras que abordam as causas da desigualdade e promovem a justiça social.

Finalmente, é crucial refletir sobre a responsabilidade pessoal e coletiva que todos compartilhamos no engajamento com a interseccionalidade. Cada um de nós deve considerar como nossas identidades e privilégios moldam nossa compreensão da opressão. Ao participar ativamente dos esforços para dismantelar sistemas opressivos, podemos contribuir para uma sociedade mais justa, onde todas as vozes sejam ouvidas e valorizadas. Incentivar perspectivas diversas na pesquisa interseccional não apenas enriquecerá a análise, mas também promoverá um diálogo mais inclusivo que reconheça as experiências únicas de vários grupos. Em resumo, a jornada para compreender e abordar as complexidades da opressão por meio de uma lente interseccional está em andamento. Exige comprometimento, colaboração e vontade de ouvir e elevar as vozes daqueles que foram historicamente marginalizados.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Editora Companhia das letras, 2014.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.
- ARAÚJO, Rosângela Costa. **Iê, viva meu mestre: a Capoeira Angola da 'escola pastiniana' como práxis educativa**. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-12052015-143733/>>. Acesso em: 29 ago. 2024.
- ASSIS, Dayane N. Conceição de. **Interseccionalidades**. Superintendência de Educação a Distância. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30892>.
- BORGES, Juliana. **Encarceramento em Massa**. São Paulo: Jandaíra, 2020.
- BORGES, Gustavo Silveira; DIALLO, Alfa Oumar. **A filosofia africana do ubuntu e os direitos humanos**. Revista Inter, v. 3 n. 2, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/inter/article/view/36398/>. Acesso em: 30 ago. 2024.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CHIZIANE, Paulina. Niketche. **Uma história da poligamia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Revista Estudos Feministas, n° 1, 2002. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/KimberleCrenshaw.pdf>
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Candiani, Heci Regina. São Paulo: Boitempo, 2016. 244p
- DE ASSIS, Machado. **Pensamentos de Machado de Assis**. Machadiana Eletrônica (ISSN 2594-5084), v. 2, n. 3, 2019.
- DURKHEIM, Émile. **A educação moral**. Editora Vozes Limitada, 2017.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2010
- GOMES, Nilma. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis. RJ: Vozes, 2017.
- GONZALEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. Revista de Ciências Sociais Hoje,

Anpocs, São Paulo, pp. 223-244, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7395422/mod_resource/content/1/GONZALES%20C%20L%20A9lia%20-%20Racismo%20e%20Sexismo%20na%20Cultura%20Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em 10 de junho de 2024.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. **A Tradição Viva**. In J. Ki-Zerbo (Org.) História Geral da África I: Metodologia e Pré-História da África (pp. 167-212). Brasília: UNESCO, 2010.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo Martins Fontes, 2013.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2021.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y modernidad/racionalidad**. Perú indígena, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

RODRIGUES, Marília. **Análise do Sensível: por uma metodologia híbrida decolonial**. Estudos de Sociologia, Recife, Edição Especial - I Seminário Discente do PPGS - O Lugar da Sociologia na Reconstrução da Democracia. v. 02, n. 30, p. 48-66, 2024.

ROQUE, Sílvia. **Um Retrato da Violência Contra Mulheres na Guiné-Bissau**. [s.l.:s.n.], 2011.

SILVA, Marina Maria Teixeira da. **A identidade e a vivência da maternidade lésbica negra em Recife-PE**. 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

SILVEIRA, R. S.; Nardi, H. C. (2014). **Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha**. Psicologia & Sociedade, 26(n. spe.), 14-24.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no artigo e na seção "Materiais suplementares".

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq) através de bolsa de pós-graduação concedida à Nadesda Augusto Monteiro (Programa Demanda Social - DS/Capes) e da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) com a Bolsa de Pós Graduação (BPG) - Edital 14/2023, concedida à Marília Renata Félix Rodrigues.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS: Todas as autoras participaram ativamente da construção do artigo nas seguintes funções: conceitualização, metodologia, investigação, escrita e redação.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: As autoras declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

MINIBIOGRAFIAS DAS AUTORAS DO PAPER

Iolanda Miranda Alves - Licenciada em História pela Universidade Estadual de Pernambuco (UPE) - Campus Garanhuns. Mestra em Culturas Africanas, da Diáspora, e dos Povos Indígenas. PROCADI /UPE. Doutoranda em Sociologia pelo PPGS/UFPE

Marília Renata Félix Rodrigues

Cientista Social, mestra e doutoranda em Sociologia pelo PPGS/UFPE. É membra da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), do Grupo de Estudos sobre Crítica da Colonialidade (UFPE) e do Ubuntu - Grupo de Estudos da Capoeira Angola e Frevo, em Pernambuco.

Nadesda Augusto Monteiro -

Bacharela em Humanidades e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB-BA. Mestra em Sociologia UFPB. Áreas de interesse: cultura, questões de gênero e Mutilação Genital Feminina na Guiné-Bissau; questões raciais e as Leis 10.639 e 11.645. Bolsista PIBIC/FAPESB (2018-2019).

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.